



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura-AD

# **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES DA GESTÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ANEXO I – JUSTIFICATIVAS**



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura-AD

## SUMÁRIO

1. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO .....	3
2. DO REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
2.1. REGIME DE EXECUÇÃO .....	4
2.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS .....	5
4. DA VISITA TÉCNICA .....	5



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura-AD

## 1. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O PISF possui 477 quilômetros divididos nos seus Eixos Norte e Leste, nove estações de bombeamento, 29 barragens, com suas estruturas de controle e tomadas d'água, além de canais, aquedutos, túneis, estradas de serviço e outras estruturas de construção civil, cujo conjunto constitui o Sistema Adutor do empreendimento.

A implantação do Sistema Adutor vem sendo conduzida pelo Ministério da Integração Nacional, o qual promoveu a contratação dos: *Serviços de Pré-Operação, Manutenção, Conservação e Vigilância Patrimonial das Estações de Bombeamento, Canais, Aquedutos, Reservatórios, Estradas, demais Estruturas de Construção Civil, Subestações, Linhas de Transmissão e de Distribuição de Energia Elétrica, e Gestão Ambiental da primeira etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. (RDC - Regime Diferenciado de Contratação nº 002/2017 do MI).*

Em 2012 o Ministério da Integração Nacional – MI, por meio da Portaria 603, de 14 de novembro de 2012, designou a Codevasf para exercer as funções de Operadora Federal do PISF, o que foi ratificado pelo art. 3º, IV, do Decreto 5.995, de 19 de dezembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 8.207, de 13 de março de 2014. A atribuição da Operadora, conforme art. 12 do Decreto nº 5.995/06 é “*exercer as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura decorrente do PISF*”.

Desde 2012 a empresa já possui unidades orgânicas específicas do PISF, que estão sendo reestruturadas por grupo de trabalho formado por empregados da Codevasf, visando atender, dentre outras, às necessidades da Codevasf para iniciar a operação comercial do Projeto, que até então executa, por delegação do Ministério da Integração, algumas atividades de pré-operação, tais como aquisição de energia elétrica e segurança patrimonial.

Como a Codevasf não é a responsável pela implantação da obra, contudo a responsável pela operacionalização e manutenção da infraestrutura, como Operadora é necessário obter o mínimo de conhecimento das informações relativas às fases de implantação, testes, comissionamento, recebimento e pré-operação dos equipamentos e da infraestrutura implantada. Além de que será necessário um planejamento estratégico das ações aderentes à sua atividade para que a Operadora tenha o mínimo de conhecimento técnico necessário ao bom desempenho da gestão administrativa, da operação e da manutenção do Projeto.

Operar e manter estações de bombeamento e subestações deste porte requerem conhecimento e habilidades específicas e devem ser atividades constantes, para a garantia da disponibilidade, da funcionalidade e da segurança de seus equipamentos e sistemas. Uma operação ou manutenção inadequada (ou a sua ausência) podem implicar diminuição da vida útil dos equipamentos, mau funcionamento dos sistemas ou, em um extremo, em prejuízo à integridade física dos equipamentos, instalações ou pessoas.



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura-AD

Das subáreas de conhecimento da Engenharia correspondentes às atividades de operação e manutenção das referidas estações de bombeamento, estruturas de controle, subestações, linhas de transmissão e distribuição destacam-se: Eletromecânica, hidromecânica, construção civil, segurança de barragens, proteção elétrica, automação, telecomunicações, transformação de energia, transmissão de energia, equipamentos de sistemas de potência entre outros.

Nesse sentido e, tendo em vista a necessidade de mão de obra especializada para a operação dos sistemas durante o enchimento dos reservatórios, a conservação e a manutenção das instalações, equipamentos e sistemas, visando garantir a sua disponibilidade, segurança e integridade, justifica-se a contratação do objeto proposto neste documento, cujo período de execução deverá coincidir, totalmente ou em parte, com o contrato de pré-operação, manutenção, conservação e vigilância do MI para que a Operadora tenha condições mínimas para bem executar as suas funções necessárias à operacionalização e manutenção do PISF.

## **2. DO REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

### **2.1. REGIME DE EXECUÇÃO**

O objeto da contratação é a contratação de serviço de apoio técnico para acompanhar as atividades de pré-operação e planejamento da gestão do PISF. Apesar do ótimo nível de detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, existem serviços que apresentam certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido suas características executivas, tais como: viagens, locação de veículos, alojamento de funcionários entre outros. O regime de execução adotado será o de Empreitada por Preço Unitário, ou seja, o pagamento é feito em função das unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária do serviço a ser contratado. Dessa forma, o regime de empreitada por preço unitário é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

### **2.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento adotado será do tipo “Técnica e Preço”, que é legalmente amparado pelo art. 54 da Lei nº 13.303/2016 para ser utilizado na contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, que serão executados por profissionais de alta qualificação técnica especializada e experiência devidamente comprovadas, conforme definido no Termo de Referência. A tônica é valorar os aspectos técnicos dos serviços a serem contratados, por isso a necessidade de esquivar-se do tipo de licitação de menor preço.

Buscou-se na elaboração no Termo de Referência estabelecer condicionantes que garantam a indispensável qualidade técnica dos trabalhos a serem desenvolvidos, preservando amplas condições de participação das empresas do ramo.



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura-AD

Na licitação do Tipo “Técnica e Preço” a lei exige que o critério de julgamento busque combinar fatores de qualidade e de onerosidade segundo a ponderação estabelecida. Essa premissa básica foi a que seguimos no Termo de Referência, onde foi adotada a fórmula contendo a média ponderada e fixação de preço máximo como critério de aceitabilidade de preços, tudo conforme estabelecido na Resolução nº 285 de 17.07.2014.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

A logística necessária para cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios, uma vez que isoladas poderiam não conseguir preencher os requisitos necessários para tal. A participação de Consórcio, tem o intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, proporcionar maior disponibilidade de pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de empresas e aumentando a competitividade no certame.

Nesta licitação será admitida a participação de Consórcio de até 04 (quatro) empresas levando-se em consideração que o objeto da licitação inclui um amplo leque de atividades distintas, tais como: atividades técnicas especializadas, planejamento e gestão da operação e manutenção do PISF, elaboração de plano de segurança e saúde do trabalho, elaboração de plano de segurança, planejamento de ações e marcos estratégicos, elaboração de plano de comunicação social, gestão de ativos patrimoniais, estudos e simulações elétricas e de automação, além das diversas atividades de apoio técnico, todos necessários para o bom desempenho das atividades de operação e manutenção do PISF.

### **4. DA VISITA TÉCNICA**

A visita técnica não é obrigatória, mas devido às dimensões e às características da infraestrutura do PISF, assim como sua extensão e localização, faz-se imprescindível para que a licitante tome pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando “in-loco” as dificuldades e os eventuais problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obtenha, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

A Codevasf irá fornecer um Atestado de que o licitante fez a visita técnica para conhecer o local dos serviços, conforme modelo Anexo VIII – Declaração/Atestado de Visita Técnica ou a licitante deverá emitir uma Declaração, conforme modelo do mesmo anexo.